

Estudo critica competências “excessivas”, prazo e verbas

Trabalho realizado pela Faculdade de Economia do Porto para movimento de Moreira reprovou processo de descentralização. Relatório e autarca defendem caminho da regionalização



Fernando Medina e Rui Moreira, autarcas de Lisboa e do Porto, falam hoje de regionalização no Rivoli

Carla Soares
carlas@jn.pt

MUNICÍPIOS O processo de descentralização é reprovado pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto que, num estudo para o movimento de Rui Moreira, diz que a solução adotada não tem em devida conta a diferente dimensão dos municípios, que a amplitude de competências transferidas é “excessiva” e o calendário “demasiado apertado”. Isto tudo com um modelo de financiamento que “não é suficientemente robusto”, quando se exige, por exemplo no Porto e para Educação, mais 34,5 milhões de euros anuais.

O estudo a que o JN teve acesso é hoje apresentado pela professora Isabel Mota num debate entre Moreira e Fernando Medina, autarcas do Porto e de Lisboa. Parte do caso portuense e das transferências nas áreas da educação, mobilidade e transportes para uma ava-

liação crítica do processo em geral. Recorde-se que o Porto rejeitou a transferência de quaisquer competências do Estado.

MOREIRA PEDE REGIÕES

Moreira escreveu o prefácio do estudo. A seu ver, “só com regionalização” é “possível descentralizar”. E “que se fale a regionalização de uma vez por todas, sem medo das sombras e dos cargos políticos que implica”. Após recordar o polémico caso do Infarmed, diz que “o processo dito de descentralização que se seguiu”, para transferir “à pressa e mal legislado”, serviços e competências “estava morto à nascença”. E “o Estado recusa encontrar formas de financiamento sustentáveis e duradouras, através de receita fiscal própria e uma real autonomia política”.

O presidente da associação cívica “Porto, o Nosso Movimento”, Francisco Ramos, também diz que só com regionalização se pode

“corrigir desigualdades e assimetrias”. Isto perante as conclusões do estudo, que refere “a necessidade de manter em discussão o modelo alternativo de regionalização”. Segundo os autores, o modelo de financiamento da descentralização e “a incerteza na quantificação dos recursos necessários são “obstáculos” à transferência. Atacam ainda a informação “incompleta e pouco transparente” sobre custos, com sucessivas reavaliações pela tutela, e a falta de dados para os autarcas exercerem o contraditório.

Sobre a descentralização para autarquias e entidades intermunicipais, o estudo conclui que “a amplitude, o número de competências transferidas e o calendário definido constituem dificuldades que não devem ser ignoradas”, face à diferente capacidade das autarquias. Daí que fixar 2021 como limite para o seu exercício “possa prejudicar uma boa implementação”. Mas pre-

vê que o prazo seja alargado.

Nas considerações finais, a estimativa obtida no estudo indica que, no Porto, “a descentralização de competências na Educação gera uma necessidade adicional de financiamento de 34,5 milhões de euros numa fase inicial de ajustamento, que deverá depois diminuir para 30,5 milhões por ano”.

CASO DA CIRCUNVALAÇÃO

Na mobilidade e transportes, “a principal alteração com impacto” é a desclassificação da Estrada da Circunvalação (EN12), que passará a integrar o domínio público dos quatro municípios que atravessa. A descentralização naquela área implica um financiamento adicional que ronda “1,598 milhões por ano, numa primeira fase”, e depois de “1,479 milhões”. Já o valor previsto pela Câmara do Porto para manutenção da Circunvalação em 10 anos é de 11 952 434 euros, sem contemplar requalificação. ●

FRANCO ALBUQUERQUE



Rui Moreira
Pres. Câmara do Porto

“Não nos enganemos. Só com a regionalização e com a libertação do poder político central das amarras que o monstro da administração pública criou é possível descentralizar”

DETALHES

34,5

milhões de euros são o financiamento adicional necessário para a educação na fase inicial, des-
cendendo depois para 30,5.

1,6

milhões de euros é a verba extra prevista por ano, numa primeira fase, na mobilidade e transportes.

Aquém da Europa

O estudo conclui, em jeito de crítica, que “o grau de descentralização orçamental em Portugal está claramente aquém do observado no conjunto do espaço europeu”. Um desfasamento face a outros países que diz existir sobretudo na educação.

Clarificar modelo

Estudo diz ser preciso garantir “níveis mínimos de equidade pessoal e territorial” e clarificar modelo de coordenação entre intervenientes.



Rui Moreira

Autarca do Porto

Diz que só com regionalização é possível descentralizar. O estudo da Faculdade de Economia é demolidor e dá-lhe razão.